



REUNIÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Ata de Reunião

07-07-2025

Aos sete dias de julho de dois mil e vinte e cinco, às 10:30 horas, na sala de reunião nº 305, situada no 3º andar, do Anexo II, do Edifício Advogado Pedro Milton de Brito, do Complexo do Tribunal de Justiça da Bahia, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI, para tratar de assuntos da mencionada Comissão, inicialmente sob a presidência da Dra. Lívia de Melo Barbosa, tendo sido substituída com a chegada do desembargador, Dr. Rolemberg José Araújo Costa, após um breve atraso. Estavam presentes os magistrados: Dra. Marielza Maués Pinheiro Lima, Dra. Melissa Mayoral Pedroso Coelho Lukine Martins, Dra. Maria do Rosário Passos da Silva Calixto, Dra. Mabile Machado Barbosa. Os servidores integrantes desta Comissão presentes foram: Diva Maria de Jesus Roxinho (Assistente de Gabinete), Leonice Santos Salgado (Controladoria do Judiciário), Bruno Bellas Prado (CPROJ), Larissça Torquato de Oliveira (SEPLAN), Juliana Nunes Serva (Representante da SEAD), Eveline Aguiar dos Santos Alves (Secretária da CPAI), Daniel Campos Carneiro Mehlem (NAI), Máira Dantas Fernandes (NAI) e Maria Clara Jesus Reis (NAI). Participaram da reunião de forma telepresencial através do sistema Microsoft Teams:, Dr. Rilton Góes Ribeiro, Dra. Mariana Varjão, Larissa da Silva Smeraldi (Diretora de Secretaria, 19ª Vara de Relação de Consumo), e José Romilson Mascarenhas (Representante do Núcleo Socioambiental), Felisberto Buriti de Sousa (Assessor Sistema de Informação) e Daniela Pelosi de Figueiredo (Representante da Coord. Desenv. Org. de Pessoas). Discussão dos Pontos de Pauta: **Identificação do Orçamento**, foi confirmada a existência da Ação Orçamentária 5044, com recursos alocados na Secretaria Geral da Presidência (SGP) (R\$ 320.000,00), Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) (R\$ 100.000,00) e Diretoria de Suprimento e Patrimônio (DSP) (R\$ 700.000,00). Apesar da previsão orçamentária, foram relatadas dificuldades para execução dos gastos, como ausência de procedimentos claros e entraves administrativos. A DSP possui processo para aquisição de materiais de acessibilidade, enquanto a SGP está construindo seu próprio procedimento. Discutiuse o pagamento de cachês para artistas que se apresentarão na VI Semana da Pessoa com Deficiência, com valor previsto de aproximadamente R\$ 500,00 (quinhentos reais) por apresentação, mas enfrentando dificuldades legais e orçamentárias. A assessoria jurídica da presidência está estudando a criação de um procedimento para esse tipo de despesa, visto que se trata de modalidade ainda não prevista. Foi sugerido que a UNICORP também contemple essa previsão orçamentária, uma vez que já possui procedimentos para pagamento de palestrantes. Houve ainda proposta de remanejamento orçamentário da DSP para aquisição de

